

# **Educação e poder: Como se escolhe um Ministro? Apontamentos para a História da Educação em Portugal (1955-1976)**

António Teodoro<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo procura responder à questão *como se escolhe um Ministro da Educação*. O espaço de análise é Portugal, no período de que vai de 1955 a 1976, ou seja, num período que abrange o processo de modernização da sociedade portuguesa (industrialização, urbanização, mudança na estrutura de classes) na segunda metade do Estado Novo, a ruptura democrática de 25 de Abril de 1974 e o processo de transição revolucionária decorrido até à entrada em funções do I Governo Constitucional, ou seja, constituído nos termos da Constituição democrática de 1976. A tese que se defende é que a escolha do Ministro da Educação está intimamente ligada à representação que o Primeiro Ministro (ou Presidente do Conselho, durante a Ditadura do Estado Novo) faz do percurso pessoal, profissional e político da personalidade que convida, tomando em consideração os condicionalismos políticos em que o faz, esperando que esse percurso anterior seja um sinalizador da capacidade de interpretar as agendas e conduzir os processos de mudança por si idealizados.

**Palavras-chave:** Política educativa, ministros da Educação, Portugal

*Lástima é que para escolher um melão se façam mais provas e diligências de sua bondade, que para um conselheiro e um ministro.*

*D. Francisco Manuel de Melo  
Apologos Dialogaes, Visita das Fontes (1608-1666)*

Todos os textos têm a sua história. Como não podia deixar de ser, este também a tem a sua: resulta da resposta ao desafio dos editores da revista *Investigar em Educação* de fazer um artigo para abrir o dossier intitulado *Educação e Poder* (nº 7, 2<sup>a</sup> série, 2017). Depois de alguma hesitação entre um artigo mais de natureza teórica e conceptual, centrando-me numa problemática que tem ocupado muitos dos meus trabalhos mais recentes sobre os mecanismos de regulação transnacional (e.g. Teodoro, 2010, 2016), e

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeiED), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Contacto: teodoroantonio@gmail.com

um outro que me permitisse revisitar um conjunto de trabalhos que realizei nos anos 1990 sobre a construção das políticas de educação (e.g. Teodoro, 1994, 2001, 2002), optei convictamente, com a anuência dos editores do dossier, pela segunda possibilidade, que me permite sistematizar um conhecimento que, possivelmente, é único na historiografia (da educação) do tempo presente e que pode permitir a outros investigadores novas linhas de interpretação na compreensão da história política e social do Portugal contemporâneo<sup>2</sup>.

Tendo em atenção trabalhos anteriores, em particular o conjunto de entrevistas compilado em *As Políticas de Educação em discurso directo* (Teodoro, 2002), o período abrangido inicia-se com a posse do Ministro Leite Pinto (1955), na maturidade do consulado salazarista, e termina (provisoriamente, neste texto) com Vítor Alves, o último dos ministros militares do processo revolucionário de transição (1975-76)<sup>3</sup>.

Temos defendido que as políticas de educação são sempre uma construção – e não uma simples dedução (e.g. Teodoro, 2013), em que estão presentes, de um lado, os contextos sociais, culturais e económicos (as escalas da família e da comunidade, os movimentos sociais, a composição de classe das sociedades, a procura de educação), e do outro, as opções de natureza política que, em diferentes escalas da organização do Estado (local, nacional, transnacional), definem agendas e conduzem processos de mudança.

A tese que se defende neste artigo é que a escolha do Ministro da Educação está intimamente ligada à representação que o Primeiro Ministro (ou Presidente do Conselho, durante a Ditadura do Estado Novo) faz do percurso pessoal, profissional e político da personalidade que convida, tomando em consideração os condicionalismos políticos em que o faz, esperando que esse percurso anterior seja um sinalizador da capacidade de interpretar as agendas e conduzir os processos de mudança por si idealizados (transpostos ou não para os programas de governo), em representação de um poder que representa e lhe foi outorgado nos termos da organização política do Estado no período considerado (Constituição de 1933, poder revolucionário, Constituição de 1976).

---

<sup>2</sup> Uma primeira versão deste artigo contou com comentários e sugestões críticas de Almerindo J. Afonso, Ana Benavente, Elsa Oliveira e Lícínio C. Lima. Agradecendo esses comentários e sugestões, que muito valorizaram o texto que agora se publica, esclarece-se que eventuais imprecisões ou erros de interpretação só ao autor devem ser imputados.

<sup>3</sup> É nossa intenção continuar este trabalho de pesquisa (e interpretação) até, pelo menos 2016, com a indigitação de Tiago Brandão Rodrigues, para o Ministério da Educação, e de Manuel Heitor, para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no Governo de António Costa (do PS, com o apoio da esquerda parlamentar, BE, PCP e Os Verdes).

## **De Leite Pinto a Veiga Simão: a modernização social e económica entre a tradição obscurantista e a evolução na continuidade**

Os anos da Segunda Guerra Mundial trazem a primeira crise séria do Estado Novo. Os equilíbrios sociais, económicos e políticos construídos por Salazar nos anos 1930 são postos em causa e ameaçam a estabilidade do regime. A recomposição dos equilíbrios afetados pela Guerra passa, nos planos económico e social, por uma maior abertura às pressões *modernizantes*. O aspecto mais evidente dessa abertura encontra-se na afirmação dos *industrialistas* no seio do regime e o início de um processo sustentado de industrialização, que não tinha sido possível afirmar-se até aí. Trata-se de uma oportunidade que a burguesia industrial sente que tem de aproveitar para retirar a hegemonia económica e no aparelho de Estado ao mundo agrário e rural, determinante no apoio ao movimento militar do 28 de Maio de 1926 e na consolidação ideológica e política do Estado Novo.

Facilitado pelas evidentes carências industriais do país, que a Guerra tinha posto a descoberto, e pela menor pressão de produtos e capitais externos, os sectores industrialistas apresentam um ambicioso programa, que irá marcar todo o crescimento económico nas décadas de 1950 e 1960<sup>4</sup>. A afirmação das teses industrialistas e o avanço do processo de industrialização não se fez, todavia, sem oposição, refletindo, de algum modo, as contradições e os debates que se verificavam no interior do regime, pressionado que estava por uma aguda crise social e pelo reforço dos sectores oposicionistas, fortalecidos com a vitória dos Aliados na Guerra. Sem estabelecer uma ligação orgânica, Fernando Rosas defende “a existência de uma linha de continuidade entre a pressão do *lobby* industrial e as críticas privadas e públicas de um homem como Marcelo Caetano” (Rosas, 1990, p. 40)<sup>5</sup>. A forma como o Estado Novo ultrapassa essa primeira crise séria do regime será determinante para o futuro da evolução política do país e do desenvolvimento

---

<sup>4</sup> Na formulação e defesa desse programa, destaca-se o engenheiro e professor do Instituto Superior Técnico, futuro Subsecretário e Secretário de Estado do Comércio e Indústria (1940-1944) e Ministro da Economia (1958-1962), José Ferreira Dias Júnior, responsável por duas das mais importantes leis económicas desse período: a Lei nº 2002, de 26 de Dezembro de 1944, sobre a *eletrificação do país*, e a Lei nº 2005, de 14 de Março de 1945, sobre as *bases a que deve obedecer o fomento e reorganização industrial*. O essencial do pensamento de Ferreira Dias encontra-se reunido em *Linha de rumo. Notas de Economia Portuguesa* (Dias Júnior, 1946). Este livro condensa as principais propostas que os *industrialistas* apresentaram para a modernização da economia portuguesa.

<sup>5</sup> Como veremos adiante, esta afirmação de Fernando Rosas tem plena confirmação no caso do convite a Leite Pinto para Ministro da Educação. Segundo o próprio Leite Pinto, Marcelo Caetano foi decisivo para aceitar o convite de Salazar (em Teodoro, 2002, p. 29). Depois, já Ministro, Leite Pinto teve como Subsecretário de Estado da Educação Nacional Baltazar Rebelo de Sousa, um dos políticos mais próximos de Marcelo Caetano.

do capitalismo português. O regime vai ceder a certas pressões económicas dos sectores liberalizantes, mas procura não fazer concessões no plano político.

Indiferente a estes debates, a sociedade portuguesa, nas décadas de 1950 e 1960, sofre um conjunto de *mudanças invisíveis* (Rosas, 1994), que lhe mudaram a face. As transformações verificadas no plano demográfico, com a imensa debandada do campo, fruto das migrações, legais e clandestinas, a urbanização e o reordenamento urbano, as mudanças na estrutura da população ativa, acentuaram um processo de polarização social gerador de uma enorme procura de educação (S. Grácio, 1997). Portugal, paulatinamente e de forma contraditória, torna-se um país essencialmente industrial, representando a agricultura um sector subsidiário e dependente do mundo industrial e urbano (Rosas, 1994).

No seu contexto próprio, e com a sua autonomia relativa, as políticas educativas traduzem essas mudanças na sociedade portuguesa. Depois de um período de marcada continuidade com a orientação dominante dos anos 1930, torna-se perceptível uma paulatina mudança nos objetivos perseguidos pelas políticas educativas. No discurso político, e nas prioridades governativas assumidas, torna-se progressivamente dominante a preocupação com a formação da *mão-de-obra* qualificada para o desenvolvimento, sobretudo da indústria, substituindo o anterior discurso quase exclusivamente centrado numa concepção de sistema de ensino entendido como aparelho de doutrinação ideológica e de controlo social e político.

Em trabalho anterior (Teodoro, 2001), apontamos três momentos ilustrativos dessa viragem: (i) a reforma do ensino técnico-profissional de 1948 no Ministério Pires de Lima; (ii) o Plano de Educação Popular (1952-1956), nas suas vertentes de cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e de combate ao analfabetismo adulto; e (iii) a ação política geral do Ministro Leite Pinto (1955-1961) e, em particular, o seu discurso mobilizador na defesa de uma universalização da educação enquanto condição do desenvolvimento económico. Os dois primeiros momentos não são objeto de abordagem neste artigo. Relativamente ao terceiro, importa procurar compreender como os propósitos de Salazar se enquadram nas dinâmicas sociais e políticas do período em análise.

Embora perfeitamente identificado com o Estado Novo e os seus valores, Francisco de Paula Leite Pinto era uma personalidade com características substancialmente diferentes das dos seus antecessores no Ministério da Educação Nacional, em geral políticos e universitários de formação jurídica ou literária. Matemático e engenheiro, Leite Pinto foi professor de liceu, membro da comissão de reforma do ensino técnico, leitor de Português na Sorbonne e professor da Universidade Técnica de Lisboa, primeiro no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e depois

no Instituto Superior Técnico. Era um europeísta convicto e um homem de ciência, a quem se devem alguns dos mais importantes instrumentos de política científica nacional, nomeadamente no campo da energia nuclear e na criação da Junta Nacional de Investigação de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), do qual foi, aliás, o primeiro presidente.

Leite Pinto estava profundamente convencido que o progresso e o crescimento económicos, alcançados pelos países europeus depois da Segunda Guerra, se deviam, antes do mais, ao investimento que eles realizavam na massificação da educação e, sobretudo, no alargamento da escolaridade obrigatória.

Porém sendo o desenvolvimento económico no fundo a busca do aumento da produtividade, ou seja a baixa dos custos, tem de se assegurar pela melhoria das técnicas e pela melhoria da aptidão da mão-de-obra. [...]

Não se confia a um homem boçal o manuseamento de uma máquina projectada, elaborada e fabricada por centenas de homens inteligentes e competentes.

Por isso todos, absolutamente todos, os países desenvolvidos se esforçam por alargar o período do ensino obrigatório. É evidente que no mundo da electrónica não se concebe que se possa ensinar o manuseio das técnicas mecanizadas a quem só aprendeu a ler, escrever e contar, e foi lançado numa vida rude aos 11 anos. Para formarmos mão-de-obra especializada é preciso que começemos por dispor de *uma massa de jovens, sãos de corpo e de espírito e com instrução de base*. (Leite Pinto, 1963, p. 23)

O convite de Salazar a Leite Pinto para a pasta da Educação Nacional deve ser entendido tanto no contexto de uma maior influência das teses industrialistas no seio do regime e de uma certa abertura aos ventos modernizadores vindos da Europa, como de uma maior partilha de poder onde Marcelo Caetano desponta com uma significativa influência, que vem a perder, mais tarde, na década de 1960<sup>6</sup>.

Leite Pinto insere-se claramente na quota dos ministros indicados a Salazar por Caetano. Nas conversas que com ele manteve em 1998 (Teodoro, 2002, p. 27-33), Leite Pinto afirmou que, quando os emissários de Salazar o vieram sondar para aceitar a pasta da Educação Nacional, a sua primeira resposta tinha sido negativa, por uma razão de natureza pessoal - "o que um ministro ganhava não me permitia continuar a ter o mesmo nível de vida" (p.

---

<sup>6</sup> Ver, sobre esta questão, Rosas (1999).

29) - e outra de natureza política – “as reformas que eu porventura preparamasse não arrastariam verba nova no orçamento” (p. 29). Só depois da intervenção do “amigo Marcelo Caetano” é que deu a sua “aquiescência”, sendo, depois, sujeito ao habitual *exame* do Dr. Salazar, que costumava chamar os putativos ministros para uma *conversa*, só formalizando o convite depois de eles “passarem” no *exame*.

Leite Pinto manteve-se no Ministério até 1961, saindo na sequência da remodelação governamental realizada depois do *putsch* conhecido como a “Abrilada”, uma conspiração civil-militar reformista no interior do regime, que levou ao afastamento de Marcelo Caetano de Ministro da Presidência, à marginalização definitiva do Marechal Craveiro Lopes e à demissão e afastamento do Ministro da Defesa, General Botelho Moniz<sup>7</sup>.

A principal preocupação de Leite Pinto centrou-se no prolongamento da escolaridade obrigatória, mas sem quebrar um princípio sagrado na política do Estado Novo: o de adequar a estrutura escolar à procura social de ensino, evitando que um *excesso* de instrução conferisse aos seus detentores aspirações que os levassem a querer abandonar o mundo rural e a procurar na cidade caminhos de mobilidade social. Leite Pinto estava consciente que esse processo obrigaria a mudanças nas práticas docentes, nos conteúdos do ensino e nas estruturas escolares, nomeadamente a manutenção em “compartimentos estanques” do ensino primário e dos vários ensinos secundários e médios, como escreveu mais tarde (Pinto, 1963). E obrigaria a um novo papel do Ministério da Educação: o do planeamento educativo<sup>8</sup>.

Em trabalho de maior fôlego (Teodoro, 2001), defendi uma forte similitude entre o discurso e a retórica mobilizadora de Leite Pinto e, mais tarde, a de Veiga Simão. E, tal como Veiga Simão, Leite Pinto vivenciou bem os limites (e as contradições) de uma *modernização social* num regime

<sup>7</sup> Nas conversas que mantive com Leite Pinto (Teodoro, 2002) não consegui apurar se existia alguma ligação entre Leite Pinto e o Ministro da Defesa deposto, General Botelho Moniz, líder visível do *putsch* contra Salazar. O que pude apurar foi uma grande proximidade de posições entre Leite Pinto e a corrente reformadora do regime, com destaque para o “amigo” Marcelo Caetano. Leite Pinto, numa dessas conversas, negou, com firmeza, qualquer ligação com o General Botelho Moniz, atribuindo a sua demissão ao facto de não ter aceite uma decisão relativamente a uma escola superior, que não especificou, dependente de outro Ministério, o que o levou a informar o Presidente do Conselho que ou essa decisão era revogada ou então ele demitia-se. Salazar informou-o de que não era possível revogar a decisão tomada, pelo que não lhe restou outra saída que não a demissão. Acrescentou que, embora defendia que um ministro não deve estar demasiado tempo num determinado lugar, e ele já estava há muito tempo na Educação, saiu com pena do Ministério, mas que não tinha outro caminho depois dos termos em que colocara a sua discordância face à referida decisão.

<sup>8</sup> A Leite Pinto se deve o primeiro exercício de moderno planeamento educativo: a participação de Portugal no Projeto Regional do Mediterrâneo, depois do exame conduzido à política de educação de Portugal pela OCDE em 1959-1960.

ditatorial. Numa conferência pública em 1966, referia-se a esses constrangimentos com uma significativa história:

Lembro que actualmente existe um trecho, com gravura e tudo, a preparar todas as crianças portuguesas para a aceitação da miséria como fenómeno natural. Onde vem o trecho? Nem mais nem menos do que no livro único da primeira classe da Escola Primária. É portanto leitura obrigatória de todos os jovens Portugueses.

Lá está escrito:

“É um pobre, minha mãe, um pobrezinho a pedir esmola”.

Depois do pratinho de sopa acrescenta o trecho: “O menino ficou comovido”. “Que pena tive do pobrezinho”.

Houve um Ministro da Educação que pretendeu eliminar esse trecho deplorável do *livro único*. Pois não o conseguiu! (Pinto, 1966, p. 21-22)

O Salazarismo teve como apoio principal a burguesia agrária – e, em aliança com ela, mas em posição subalterna, a burguesia comercial, constituindo um bloco social que dominou o plano ideológico durante largas décadas. Contudo, a partir dos anos 1950, essa hegemonia começou a decair, primeiro no campo económico, depois no campo ideológico. A substituição de Leite Pinto por personalidades conotadas com os sectores mais tradicionalistas da universidade – primeiro, durante um curto período (1961-1962), pelo historiador e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Manuel Lopes de Almeida, e, depois, durante um largo período, pelo jurista e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Inocêncio Galvão Teles, insere-se nessa luta pela hegemonia do campo ideológico, que acompanha aliás o refrear, pelo próprio Salazar, do *ímpeto industrialista* da década de 1950.

Lopes de Almeida durou pouco tempo na pasta da Educação Nacional, sendo acusado por sectores do regime de ser o grande responsável pela *crise académica* de 1961-62, que abalou fortemente as Universidades de Lisboa e Coimbra. Galvão Teles, que lhe sucedeu no Ministério, interpreta deste modo esse conturbado período, que vai levar o regime a perder, definitivamente, as elites universitárias:

(...) Mas a verdade é que, feito Ministro, (Lopes de Almeida) não se mostrou dotado para a gestão governativa. Faltava-lhe firmeza, tomando sucessivas decisões contraditórias, consoante as contraditórias influências que sobre ele se exerciam. Foi este seu comportamento oscilante que esteve na origem da crise académica de

1961, levando nomeadamente ao pedido de exoneração do então Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Marcelo Caetano, e dos Diretores das várias Faculdades, entre os quais eu me contava, porque discordávamos abertamente da forma como os assuntos da Educação estavam a ser conduzidos. (Galvão Teles, em Teodoro, 2002, p. 54)

Na entrevista que me concedeu em 1998, Galvão Teles atribui o convite que recebeu de Salazar para “sobraçar a pasta da Educação Nacional” à necessidade de “restabelecer a paz académica”, tarefa para a qual o “Doutor Oliveira Salazar ter-se-á convencido de que eu estava indicado para o efeito, pois a minha posição de moderado, mais uma vez revelada e com maior publicidade, podia ser propícia para enfrentar os problemas da Educação” (em Teodoro, 2002, p. 54).

Galvão Teles sempre se definiu como um homem respeitador dos “valores tradicionais”, embora, como acrescentava, “com adaptação constante às circunstâncias sempre em mutação” (em Teodoro, 2002, p. 54). Foi essa sua posição que o levou a procurar enquadrar os trabalhos de planeamento então existentes no Ministério, nomeadamente o Projeto Regional do Mediterrâneo, que classificava de “natureza economicista ou quantitativa”, em outro plano mais vasto, que denominava “de índole espiritualista ou qualitativa” (idem, p. 55). Foi isso que procurou fazer metendo ombros à elaboração do Estatuto da Educação Nacional, o seu principal projeto anunciado logo em 1963.

A realidade social evoluía rapidamente nessa década de 1960, materializada, no campo escolar, entre outros aspetos, por um acentuado crescimento da procura social de ensino. O Estatuto de Educação Nacional vai representar a derradeira (e falhada) tentativa de enquadrar a crescente procura social de educação nos valores nacionalistas e cristãos que enformaram ideologicamente o longo período do Estado Novo. As respostas a essa pressão da sociedade já não se puderam encontrar numa *educação nacional* “orientada pelos princípios da moral e doutrina cristãs tradicionais do País”, conforme rezava o art.º 1.º do projeto de Estatuto da Educação Nacional, nem muito menos nas *cautelas* tomadas para que a *ascensão cultural das massas* não viesse a fazer *correr o sério risco do estrangulamento ou abafamento do escol intelectual*, como temia, em 1964, o Ministro Galvão Telles. Definitivamente, os tempos já eram outros.

Mesmo no interior do regime, essa estratégia teve fortes opositores, que se manifestaram nomeadamente na preparação do que então se designava por planos de fomento. José Hermano Saraiva estava convicto que o convite de Salazar para suceder a Galvão Teles no Ministério da Educação Nacional se deveu ao Relatório que elaborara para um dos planos de fomento:

A minha opinião é que, na base da escolha, estava o Relatório do IV Plano de Fomento, documento ao qual o Chefe do Governo fez referência elogiosa. Esse relatório, da minha autoria<sup>9</sup>, criticava o Governo por não apresentar uma proposta de política de fomento cultural, e pretendia suprir essa falta com algumas propostas concretas, que mereceram a aprovação da Câmara Corporativa, da Câmara dos Deputados, e penso que também o acordo do Dr. Salazar, mas não o do Ministro da Educação. (Em Teodoro, 2002, p. 72)

Hermano Saraiva estava convencido que a sua nomeação, feita a 19 de agosto de 1968, pouco tempo antes de Salazar ter o acidente que o incapacitou, iria suscitar sérias reservas, nomeadamente do sector universitário, até então o único onde o regime recrutava os seus ministros<sup>10</sup>. José Hermano Saraiva esteve pouco tempo à frente do Ministério da Educação Nacional [Agosto de 1968 a Janeiro de 1970], num período marcado por uma persistente e prolongada crise universitária, coincidindo, no plano político geral, com o desenvolvimento do processo de *abertura*, conhecido como *primavera marcelista*. Tendo-se mantido no Governo após a substituição de Salazar, Saraiva acabará por ser afastado na primeira oportunidade, ou seja, na remodelação ministerial efectuada por Caetano logo após as *eleições* para a Assembleia Nacional de 1969.

O afastamento de Saraiva deveu-se, em primeiro lugar, à intenção do novo Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, de eleger a educação como o sector emblemático da *evolução*, papel que Saraiva não estava em condições de representar, envolvido que foi, desde o início do seu mandato, na crise universitária de 1968, com particular expressão nas Universidades de Lisboa e Porto, e, depois, na crise académica de 1969 e subsequentes medidas repressivas adotadas contra a Universidade de Coimbra, que culminaram no

<sup>9</sup> Nessa entrevista, Hermano Saraiva não referiu que contou com a (improvável) colaboração de José Salvado Sampaio, seu conterrâneo do Fundão, na elaboração desses estudos e propostas. Mas, no longo convívio e grande amizade (e admiração) que mantive com José Salvado Sampaio, este confidenciou-me várias vezes que tinha ajudado o seu conterrâneo com estudos de natureza quantitativa e propostas que melhorassem a situação do ensino em Portugal, nomeadamente o ensino primário, o único que abrangia todos os portugueses. Salvado Sampaio foi sempre um opositor do regime, mantendo uma forte intervenção na imprensa da época (ver Sampaio, 2006).

<sup>10</sup> José Hermano Saraiva era professor de História dos Liceus e Reitor do Liceu D. João de Castro em Lisboa, desde 1965. “O convite surpreendeu-me. Ao ser convocado para aquela conferência, sabia que ia ser convidado para uma alta função, mas não a de Ministro da Educação Nacional. Era minha convicção que o título de professor da Universidade era condição *sine qua non* para ser chamado para o cargo. Foi aliás essa a primeira objecção que coloquei. O Dr. Salazar disse-me que pensava o contrário. Era preciso estar de fora, não só na Educação, como em todas as outras pastas. Só assim se podia ter uma visão global desinteressada e objectiva” (Em Teodoro, 2002, p. 72). Sublinhe-se que José Hermano Saraiva confirma a prática de Salazar de, antes de proceder a uma nomeação, realizar um “exame” ao candidato (como diz Leite Pinto), ou uma “conferência” (como afirma Saraiva).

seu encerramento, na militarização da cidade, na destituição dos dirigentes da Associação Académica de Coimbra e na instauração de cerca de duzentos processos crime contra estudantes, que vieram a culminar em prisões e em incorporações militares compulsivas.

Mas o afastamento de Hermano Saraiva do Ministério deveu-se igualmente a discordâncias latentes entre este e Marcelo Caetano sobre as prioridades para a educação. Enquanto Saraiva relativizava a importância dos problemas da universidade, defendendo que a sua situação não podia ser “desligada do seu antes e do seu depois” (Saraiva, 1971, p. 12) e questionando mesmo o estatuto de prioridade que lhe era atribuído na opinião pública e na classe política dirigente<sup>11</sup>, Caetano considerava que a universidade deveria constituir o centro principal das atenções da ação governativa, sendo admissível que, como professor e antigo reitor universitário, fosse sensível às críticas de sectores universitários que não viam com bons olhos que uma personalidade não oriunda dos meios universitários estivesse à frente do Ministério da Educação Nacional.

Segundo Magalhães Mota, à época deputado liberal eleito nas listas da ANP<sup>12</sup>, Marcelo Caetano começou por convidar para uma só pasta da Educação e Saúde o também acabado de eleger deputado liberal Miller Guerra, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e autor, com Adérito Sedas Nunes, de um conjunto de artigos sobre a reforma universitária. Foi perante a não aceitação de Miller Guerra<sup>13</sup> que Marcelo Caetano convidou o então Reitor da新颖 Universidade de Lourenço

<sup>11</sup> Esse distanciamento crítico está bem presente na conferência que José Hermano Saraiva proferiu pouco tempo depois de deixar o Ministério, no Grémio Literário, em 17 de Junho de 1970, intitulada *Aspirações e contradições da Pedagogia contemporânea*, onde, recorrendo à sua formação de historiador, alertava para os perigos de uma visão episódica: “Não é portanto a importância relativa das questões do ensino superior dentro do conjunto dos problemas nacionais o que se pode invocar para justificar a prioridade de que ele goza na opinião pública. Mas há outras razões que a justificam plenamente. Em primeiro lugar, é esse o ensino que melhor se faz ouvir; nele estão interessadas as pessoas e os filhos das pessoas que podem mobilizar a opinião; tudo o mais, em comparação dele, é penumbra silenciosa. Depois, é o ensino em que os problemas assumiram verdadeira dimensão política. Sobretudo depois dos acontecimentos de Paris, em Maio de 1968, passou a entender-se que, nos corredores das escolas podem tropeçar os Governos e abalar-se o prestígio dos Regimes. É enfim, o ensino mais próximo, quando olhado segundo uma óptica escolar pelo observador diplomado. [...] É, por exemplo, significativo que o problema da democratização do ensino - que, com toda a evidência, só pode encontrar solução num reajustamento total do aparelho educativo - tenha sido suscitado e esteja a ser debatido como um aspecto parcial da reforma da Universidade. A quem raciocine em termos globais, isto não pode deixar de se afigurar tão pouco razoável como seria, por exemplo, lutar contra a falta de água alargando a ponta da mangueira” (Saraiva, 1971, p. 11-12).

<sup>12</sup> Entrevista a Ana Paula Correia (1998, Fevereiro), “Ala Liberal: O Último Almoço com Marcelo”, *Vida Mundial*, 1 (nova série), p. 38-47.

<sup>13</sup> Este primeiro convite só reforça a ideia de que, no início do seu consulado, Marcelo Caetano queria à frente do Ministério da Educação uma personalidade liberal, capaz de dar um novo rosto à *batalha da educação* e à reforma da Universidade.

Marques<sup>14</sup>, Veiga Simão, para Ministro da Educação Nacional. Para esse convite certamente contribuiu a imagem realizadora, dinâmica e liberal que Veiga Simão construirá na instalação do ensino universitário em Moçambique e, num plano mais próximo, o impacte que um seu discurso, proferido na sessão solene de abertura do ano lectivo de 1969-1970 da Universidade, tivera nos meios políticos e universitários da *metrópole*<sup>15</sup>.

José Veiga Simão, pela sua longevidade e versatilidade políticas, constitui uma das mais marcantes personalidades da história da educação portuguesa. Foi professor catedrático da Universidade de Coimbra aos 33 anos, fundador dos estudos universitários de Moçambique a convite de Oliveira Salazar (1963-1970) e Ministro da Educação Nacional (1970-1974), por convite de Marcelo Caetano. Depois da Revolução de Abril de 1974, é encarregado pelo Presidente da Junta de Salvação Nacional, António de Spínola, de elaborar o programa do I Governo Provisório, sendo nomeado embaixador de Portugal nas Nações Unidas, mas só depois de constatada a *impossibilidade* da sua indigitação para Primeiro Ministro desse Governo<sup>16</sup>. Mais tarde, depois da aprovação da Constituição democrática de 1976, foi deputado pelo Partido Socialista e Ministro por duas vezes, da Indústria e Energia e da Defesa Nacional, em Governos liderados, respetivamente, por Mário Soares e António Guterres<sup>17</sup>.

Desde a tomada de posse que Veiga Simão se assumiu como um ministro identificado com o pendor reformista do marcelismo, começando

<sup>14</sup> Foi já com Marcelo Caetano na Presidência do Conselho de Ministros que os Estudos Gerais de Moçambique se tornaram na Universidade de Lourenço Marques (Decreto 49 790, de 25 de Janeiro de 1969).

<sup>15</sup> Nesse discurso, recheado de citações, que vão de Whitehead a Marcuse, passando por Salustio e Camus, Veiga Simão faz um severo diagnóstico da situação universitária portuguesa e, tomando como exemplo a sua Universidade de Lourenço Marques, propõe um arrojado programa para uma *auténtica democratização do ensino* (Simão, 1970). O impacte político do discurso foi também, seguramente, ampliado por, nessa sessão, a Universidade de Lourenço Marques ter concedido o seu primeiro Doutoramento *honoris causa*, precisamente a Marcelo Caetano. Na entrevista que me concedeu (em Teodoro, 2002, p. 84), Veiga Simão admite como razão imediata para o convite que recebeu de Marcelo Caetano o impacte que esse seu discurso tivera em Portugal.

<sup>16</sup> A Comissão Coordenadora do Programa do MFA apresentou três nomes a Spínola: Francisco Pereira de Moura, Miller Guerra e Raul Rego. Mais tarde, Spínola justificará a recusa destes nomes do seguinte modo: “Esta proposta não foi considerada, dado que o primeiro era claramente de formação comunista, o segundo exigia como condição a entrega imediata do Ultramar Português e o terceiro, independentemente dos seus méritos profissionais, não reunia as características de liderança que o momento exigia” (Spínola, 1976, p. 15).

<sup>17</sup> Veiga Simão é uma personagem fascinante cuja história de vida e percurso político ajudam a compreender muitos dos momentos da vida nacional de mais de quatro décadas (1960-2000). Embora não sinalizado com o seu nome, Teresa Ambrósio construiu a sua história de vida na entrevista que publica na sua tese de doutoramento (interview A, Ambrósio, 1987, t. II, p. 79-143). Nas longas entrevistas que me concedeu (no total, mais de quatro horas e meia), e que estão em Teodoro (2002, p. 77-121), existem igualmente elementos importantes para o conhecimento das formas de agir de Veiga Simão.

por integrar na sua equipa de subsecretários de Estado um *jovem* jurista explicitamente sugerido por Marcelo Caetano, Augusto Ataíde. Essa assunção, presente no seu discurso até à exaustão, manifestou-se igualmente no recurso a alguns dos mais próximos colaboradores de Marcelo Caetano na Faculdade de Direito de Lisboa, como foi o caso de Freitas do Amaral em, pelo menos, dois momentos decisivos da sua ação: o primeiro, na reorganização dos serviços centrais do Ministério da Educação Nacional, pedindo-lhe a preparação jurídica dos diplomas que vieram a estabelecer a nova Lei Orgânica do Ministério e das correspondentes direções-gerais; o segundo, quando a proposta de lei de reforma do sistema de ensino iniciou o seu péríodo político-legislativo, preparando diariamente com Freitas do Amaral o decisivo parecer da Câmara Corporativa sobre o que veio a ser a Lei 5/73, de 25 de Julho.

Todavia, a partir de meados de 1973, coincidindo com o encerramento de todas as hipóteses de *evolução* do regime, começam a somar-se os sinais de distanciamento de Marcelo Caetano. Esses sinais tornam-se públicos no último Congresso da Ação Nacional Popular, em Maio de 1973, onde Veiga Simão foi várias vezes atacado, perante um já evidente distanciamento de Marcelo Caetano, simultaneamente Presidente da ANP e chefe do Governo. A materialização desse distanciamento, pelo menos no respeitante à política universitária, pode depois ser encontrada na indicação por Caetano de Veríssimo Serrão para Reitor da Universidade de Lisboa, uma personalidade conhecida por ser um feroz crítico da *democratização do ensino*, não aceitando outros nomes propostos por Veiga Simão, mais próximos das orientações por este defendidas para a reforma universitária.

As dificuldades de Veiga Simão no Governo aumentaram significativamente no último ano e meio. Já não eram apenas as disputas pessoais, existentes desde muito cedo, com alguns membros do Governo, mas o isolamento político que se refletia na rejeição em Conselho de Ministros de propostas que o próprio Veiga Simão considerava fundamentais para a concretização do seu projeto de reforma educativa, como é o caso conhecido da lei de programação do ensino superior, superada por decisão pessoal de Marcello Caetano.

Apesar da remodelação da equipa ministerial no início do ano lectivo de 1973-1974, com o reforço de competências do Secretário de Estado Augusto Athaíde, que transita da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos para a da Instrução e Cultura, e a entrada de Valadão Chagas, para a deixada vaga Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, as dificuldades de Veiga Simão no interior do Governo acentuaram-se. Veríssimo Serrão, nas *confidências do exílio* que atribui a Marcelo Caetano, afirma que havia já um desfecho previsto para esse isolamento político: a exoneração, ou aceitação da demissão, de Veiga Simão de Ministro da Educação Nacional, a ser tornada pública a 29 de Abril de 1974, estando, desde o final da tarde de 18 de Abril,

convidado o novo titular, precisamente ele próprio, então Reitor da Universidade de Lisboa<sup>18</sup>. E, acrescenta, Marcelo Caetano contava marcar a tomada de posse do novo Ministro da Educação para a manhã de 2 de Maio (Serrão, 1985, p. 68-72).

Para a decisão de Marcelo Caetano substituir Veiga Simão na pasta da Educação Nacional poderiam figurar ainda outras razões, previsivelmente de muito maior relevância política no momento. Veiga Simão, que mantinha, desde há alguns anos, um estreito relacionamento pessoal e político com António de Spínola - e, em menor medida, com Costa Gomes, servira, entre a publicação do livro *Portugal e o Futuro* e a exoneração de Costa Gomes e António de Spínola da chefia das Forças Armadas, de *interlocutor* entre Spínola e Caetano, procurando, segundo o próprio Veiga Simão, dar *soluções concretas* para a resolução da crise política, uma das quais seria a de nomear António de Spínola Ministro da Defesa<sup>19</sup>.

Sabendo-se que tinha sido Américo Tomás quem exigira a Caetano a demissão de Costa Gomes e António de Spínola, uma tal proposta implicaria a ruptura com o Presidente da República, e com os ultras do regime reunidos em seu torno, apoiando-se naqueles prestigiados chefes militares para pôr em

---

<sup>18</sup> Marcelo Caetano, nos vários depoimentos e entrevistas que produziu no exílio, nunca se referiu a esta possível remodelação ministerial, embora perpassasse sempre dos seus depoimentos um tom amargo e distanciado face a Veiga Simão, acusado, uma e outra vez, de ser *complacente* e de tomar resoluções em *sentido oposto* ao que com ele acordara (ver Caetano, 1974). Também, em sentido contrário, até ao momento, ninguém desmentiu esta versão de Veríssimo Serrão. Na entrevista que me concedeu, o Professor Veiga Simão relata o facto de, no último Conselho de Ministros realizado antes do 25 de Abril, ter jogado o seu lugar no Governo caso não fossem aprovados dois diplomas que considerava fundamentais, sendo a discussão destes assuntos adiada para um Conselho de Ministros seguinte. Posteriormente, Veiga Simão manifestou-me a sua incredulidade face à *confidência* de Veríssimo Serrão, pois, em momentos anteriores, embora tenha levado diversos assuntos até ao limite da ruptura, acabara sempre por contar com o apoio de Marcelo Caetano. Baltazar Rebelo de Sousa, seguramente o membro do Governo mais próximo de Caetano, quando questionado diretamente sobre esta hipótese, admitiu-a, respondendo-me do seguinte modo: “Talvez sim, porque o Veiga Simão provocou ‘muitas ondas’, foi um bocado drástico” (em Teodoro, 2002, p. 51). Segundo pude apurar, Veiga Simão, com alguns dos seus colaboradores diretos, chegou a ir para uma pousada perto de Lisboa, “para pôr o despacho em ordem”, pois temia ser demitido, ou ter de se demitir, nos dias próximos. Do cruzamento das informações que recolhi, pode-se presumir que a demissão de Veiga Simão deveria surgir antes, ou na sequência, do Conselho de Ministros convocado para os últimos dias de Abril de 1974, e que tinha em agenda o importante decreto-lei orientador da reforma do ensino superior, matéria que antes, a propósito da criação de novas universidades, já gerara o isolamento de Veiga Simão no Conselho de Ministros e um seu primeiro pedido de demissão.

<sup>19</sup> Na entrevista que me concedeu, o Professor Veiga Simão afirma que apresentara a Marcelo Caetano uma proposta que incluía três pontos: a citada nomeação de António Spínola como Ministro da Defesa, a convocação de “eleições completamente transparentes”, com permissão dos partidos políticos, e a realização de um *referendum* sobre o Ultramar (em Teodoro, 2002, p. 102-3).

prática uma política de transição política e de resolução do *problema ultramarino*, nos termos do que António de Spínola defendia em *Portugal e o Futuro*, e que, afinal, não eram substancialmente distintos do que Marcello Caetano defendera em 1961-1962.

Marcelo Caetano, embora nunca tenha referido que lhe tivesse sido apresentada essa proposta, optou por pedir, uma vez mais, a demissão de Presidente do Conselho a Américo Tomás, que a voltou a recusar. António de Spínola, que regularmente se deslocava ao Ministério da Educação para falar com Veiga Simão e que, concretamente, passara as manhãs dos dias 23 e 24 de Abril, no gabinete do Ministro da Educação, ao fim da tarde de 24 de Abril dava, finalmente, a sua anuência às ações militares<sup>20</sup> que, poucas horas depois, o Movimento das Forças Armadas (MFA) desencadearia e que levariam ao derrube do regime. Por pouco, não se concretizava o *destino nacional* que alguns dos adversários políticos de Veiga Simão consideravam ser sua ambição, quando António de Spínola procurou, sem êxito, indigitá-lo para Primeiro Ministro do I Governo provisório. É que não fora Spínola a desencadear a *revolução* e esta, desde cedo, se transformaria em algo mais que o projeto falhado de evolução do *marcelismo*.

### **Os ministros do processo revolucionário: de uma *impossível* continuidade à pluralidade das correntes do MFA**

A ação militar do 25 de Abril foi desencadeada e realizada pelo Movimento das Forças Armadas, organizada a partir da oficialidade intermédia, autonomamente face à hierarquia militar. Todavia, consumado o derrube do Estado Novo, o MFA entregou o “exercício do poder político” a uma junta constituída por oficiais generais e oficiais superiores dos três ramos das Forças Armadas, a Junta de Salvação Nacional, a quem coube, nos termos do Programa do MFA, indicar o Presidente da República de entre os seus membros. A este, ainda segundo o programa, competia, “após assumir as funções”, nomear o *Governo Provisório civil* composto por “personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa”<sup>21</sup>.

Indicado pela Junta de Salvação Nacional para exercer as funções de Presidente da República, ao General António de Spínola competiu a escolha do Primeiro Ministro e a indigitação do *Governo Provisório civil*. Pensando inicialmente em Veiga Simão para liderar esse governo, Spínola não teve, como é sabido, condições políticas para levar por diante essa sua intenção,

<sup>20</sup> A anuência foi dada por meio de um telefonema do seu “ajudante de campo”, Almeida Bruno, a Vítor Alves, da Comissão Coordenadora do MFA.

<sup>21</sup> Cf. n.º 2 das *medidas a curto prazo* do Programa do MFA.

acabando por convidar, depois de recusar os três nomes propostos pela Comissão Coordenadora do Programa do MFA, uma personalidade com um *perfil conservador-liberal*, na expressão de António Reis (Reis, 1994) da sua inteira confiança, Adelino da Palma Carlos. Contudo, será a Veiga Simão que Spínola recorrerá para a elaboração do Programa do I Governo provisório, que virá a ser aprovado, não pelo próprio Governo, mas por um decreto da Junta de Salvação Nacional<sup>22</sup>.

Encarregue dessa tarefa num curto período de tempo, Veiga Simão fará o que antes lhe era habitual como Ministro da Educação: pedirá a um seu colaborador direto um projeto, ouvirá as opiniões de outros seus colaboradores próximos, e assumirá o texto resultante desse processo, com uma ou outra alteração em função da opinião que construiu no decorrer das consultas e conversas realizadas. Neste caso, foi a Adelino Amaro da Costa, então Diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação Nacional, que Veiga Simão recorreu para elaborar o programa pedido por Spínola, tendo depois Amaro da Costa pedido a Freitas do Amaral para escrever o primeiro - e, possivelmente, decisivo - esboço de programa do Governo provisório<sup>23</sup>.

No plano político geral, o programa era, no dizer do próprio Freitas do Amaral, “moderado, centrista e neo-liberal”, com um conteúdo “europeísta em política externa, liberal em política económica, e socialmente generoso em política social” (Amaral, 1995, p. 169), mantendo aberta, na questão decisiva da resolução do problema colonial, a possibilidade de uma solução federalista, que Spínola voltará a defender no discurso que proferiu ao dar posse ao Governo. No plano específico da política educativa, o programa apresentava um tom bastante genérico, tendo, todavia, um fio condutor explícito - o *desenvolvimento da reforma educativa*.

---

<sup>22</sup> Decreto-lei 203/74, de 15 de Maio. O I Governo provisório só tomará posse no dia seguinte, a 16 de Maio de 1974.

<sup>23</sup> Freitas do Amaral afirma o seguinte nas suas *memórias políticas*: “Terminado o projecto, chamei no dia seguinte o Adelino Amaro da Costa, que me ajudou a melhorá-lo em vários pontos. Depois, foi entregá-lo a Veiga Simão, que o retocou no que entendeu e, nomeadamente, em matérias de educação, ciência, políticas sociais e política ultramarina. Daí seguiu para o General Spínola, desconhecendo eu se da parte da Presidência da República, do MFA, dos partidos da coligação ou do Primeiro-Ministro Palma Carlos, terá havido tempo ou possibilidade para grandes alterações. Atrevo-me a acreditar que não, pois o texto publicado no *Diário do Governo* de 15 de Maio de 1974, aprovado pelo decreto-lei n.º 203/74, dessa data, não difere em mais de uma dúzia de pontos, bem como no preâmbulo, da versão inicial por mim pensada e redigida” (Amaral, 1995, p. 170). Na entrevista que me concedeu, Veiga Simão não refuta essa participação de Freitas do Amaral, mas atribui a si o essencial do texto que veio a constituir o Programa do I Governo provisório: “Pediu-me [Spínola] o Programa do Governo, o que eu naturalmente fiz: Trabalhei intensamente em casa, durante cerca de três dias, e elaborei um documento que resultou de muitas ideias minhas, pessoais e de consultas directas a amigos e personalidades que depois entraram no Governo” (em Teodoro, 2002, p. 104).

Para além da (co)autoria do Programa do Governo provisório, Veiga Simão vai procurar, no dizer de um seu outro colaborador próximo, que o “que se tinha feito na Educação não se perdesse” com a revolução<sup>24</sup>, desdobrando-se em contactos e convites para a equipa do Ministério da Educação. Assegurada a presença de Eduardo Correia, um professor de Direito da Universidade de Coimbra, como Ministro da Educação<sup>25</sup>, Veiga Simão procurou inicialmente colocar três dos seus mais diretos colaboradores como Secretários de Estado<sup>26</sup>. Não o tendo conseguido, devido à contestação que os meios estudantis e do professorado começavam já a desenvolver exigindo o *saneamento* do Ministério, bem como à oposição de sectores do MFA e de personalidades como Francisco Pereira de Moura, na altura Ministro sem Pasta do Governo provisório, a Veiga Simão vai ainda dever-se a estrutura da equipa ministerial, com a criação da Secretaria de Estado da Reforma Educativa, e a indicação de Prostes da Fonseca para a Secretaria de Estado da Administração Escolar.

Apesar de apontado como um objectivo do Governo provisório o desenvolvimento da reforma educativa, a realidade era já outra. O poder *deslocava-se para as escolas* (Lima, 1992; Stoer, 1986) e para o movimento social, onde as nascentes estruturas sindicais dos professores começavam já a assumir um papel de destaque no campo escolar, estabelecendo-se uma *agenda* que não era compaginável com uma transição controlada. As demissões em massa das autoridades académicas e escolares e a eleição de comissões diretivas com a participação de docentes, estudantes e funcionários, a imediata integração dos professores afastados pelo Estado Novo, a exigência de profundas mudanças no aparelho do Ministério da Educação, mostravam que a iniciativa política se encontrava na periferia do sistema. Às formulações vagas e cautelosas tanto do Programa do MFA como do Programa do Governo provisório, o movimento social (e político) respondia com o uso, sem limites, das liberdades de associação e expressão, impondo soluções na prática antes de qualquer legislação. Paralelamente ao que se

<sup>24</sup> Alberto Ralha, em Teodoro, 2002, p. 539.

<sup>25</sup> A sugestão do nome de Eduardo Correia para Ministro da Educação do I Governo provisório partiu de Veiga Simão, como o próprio reconhece na entrevista que me concedeu, e é confirmado por outros (e.g., entrevistas de Avelãs Nunes e António M. Hespanha, em Teodoro, 2002). A ligação de Eduardo Correia a Veiga Simão datava, pelo menos, do debate sobre as *Linhas Gerais de Reforma do Ensino Superior*. Eduardo Correia animara na Universidade de Coimbra um grupo de reflexão sobre os problemas da reforma universitária, onde também participavam, entre outros, os Professores Gouveia Monteiro e Ferrer Correia, constituindo, na opinião de António Hespanha, “um *lobby*, digamos assim, de apoio à reforma de Veiga Simão” (em Teodoro, 2002, p. 642).

<sup>26</sup> Alberto Ralha, anterior Diretor do Secretariado da Reforma Educativa e Diretor-Geral do Ensino Superior, na Secretaria de Estado da Reforma Educativa; Alberto Machado, anterior Chefe de Gabinete de Veiga Simão e Secretário-Geral do Ministério, na Secretaria de Estado da Administração Escolar; e, Vítor Crespo, anterior Diretor-Geral do Ensino Superior e Presidente do Instituto de Alta Cultura, na Secretaria de Estado do Ensino Superior (ver, e.g., a entrevista de Alberto Ralha, em Teodoro, 2002, p. 539).

passava com os partidos políticos, também o movimento social nas escolas se afirmará sem necessitar de qualquer diploma legal regulador prévio, antes condicionando, pela sua prática, a legislação que posteriormente virá a ser publicada.

A intenção de levar por diante a Lei 5/73, com os seus instrumentos legislativos regulamentadores complementares e o planeamento de meios previsto no IV Plano de Fomento, na nova situação revolucionária, começou imediatamente a ser posta em causa. No movimento social, as reivindicações iam no sentido de que um *Portugal novo* exigia uma *reforma educativa nova*, o que seria um *trabalho para homens novos*.

As contradições do processo político desse período levaram igualmente a que tivesse sido empossado como Secretário de Estado da Reforma Educativa um prestigiado professor de Direito da Universidade de Coimbra, Orlando de Carvalho, que era, contrariamente ao Ministro Eduardo Correia, um reconhecido opositor da reforma Veiga Simão. Assim, criou-se a estranha situação de se ter na secretaria de Estado responsável, nos termos do Programa do Governo, para proceder ao “desenvolvimento da reforma educativa”, uma personalidade que, numa entrevista televisiva realizada já na sua qualidade de Secretário de Estado, afirmava que *da reforma Veiga Simão não ficaria pedra sobre pedra*<sup>27</sup>.

Enquanto a periferia *explodia* em reivindicações e iniciativas provenientes de todos os sectores da vida escolar e académica, o aparelho do Ministério da Educação entrava em paralisia total. As manifestações *atropelavam-se* diariamente à porta do Ministério, perante a completa incapacidade do Ministro Eduardo Correia em definir uma orientação e traçar um rumo, ao mesmo tempo que manifestava uma acentuada propensão para ceder às reivindicações que se expressassem de uma forma mais vigorosa. Embora tendo optado por manter inalterados os quadros dirigentes do Ministério, estes serão, em geral, mantidos à margem de todas as decisões. Na própria equipa ministerial, os Secretários de Estado acabaram por pedir coletivamente a demissão ao Primeiro Ministro, demarcando-se, desse modo, da política de cedências do Ministro Eduardo Correia, nomeadamente face às reivindicações dos estudantes quanto aos critérios de avaliação<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Cf. António M. Hespanha, in *Raiz e Utopia*, 1979, p. 62.

<sup>28</sup> Ver, e.g., as entrevista do Engº Prostes da Fonseca e do Professor Avelãs Nunes, em Teodoro (2002). Acrescente-se que essa demissão colectiva dos Secretários de Estado do Ministério da Educação do I Governo provisório só não se concretizou por, entretanto, o Primeiro Ministro, Palma Carlos, se ter demitido, arrastando consigo, entre outros, o Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Correia.

Adelino da Palma Carlos acaba por apresentar a demissão a Spínola na sequência da crise que leva o seu nome<sup>29</sup>. Para o seu lugar é indicado pela Comissão Coordenadora do MFA, com o apoio do General Costa Gomes, o Coronel Vasco Gonçalves. Spínola opõe-se inicialmente, indicando outros militares, mas estes não aceitam. A nomeação de Vasco Gonçalves para chefiar o II Governo Provisório significou a intenção do MFA de desempenhar um papel mais ativo na governação, tanto na frente interna como, sobretudo, no processo de descolonização, onde se verificava um enorme braço de ferro entre as posições federalistas de Spínola e o reconhecimento à autodeterminação dos territórios coloniais, como estava inicialmente previsto no Programa do MFA. Para o II Governo, António de Spínola começou por convidar Prostes da Fonseca, mas pondo como condição a saída de Avelãs Nunes da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos. Perante a não aceitação por parte de Prostes da Fonseca dessa condição, o processo de escolha do sucessor de Eduardo Correia foi já conduzido pelo Primeiro Ministro indigitado, Vasco Gonçalves, que pediu aos Secretários de Estado que transitavam do I Governo Provisório, com exceção de Orlando de Carvalho, que escolhessem um novo Ministro. Depois de uma primeira sugestão, a de Joaquim Santos Simões, recusada por Spínola, a escolha recaiu em Vitorino Magalhães Godinho, um prestigiado historiador e professor universitário demitido de funções docentes pelo Estado Novo, que manteve na sua equipa os referidos Secretários de Estado - Prostes da Fonseca, Maria de Lurdes Belchior e Avelãs Nunes -, e convidou para a nova Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica, surgida em lugar da extinta Secretaria de Estado da Reforma Educativa, Rui Grácio. A composição da equipa do Ministério da Educação e Cultura gerou um braço de ferro entre Spínola, de um lado, e Vasco Gonçalves e Magalhães Godinho, do outro, pois Spínola continuava a querer impor o afastamento de Avelãs Nunes, porque, segundo dizia, este estava *ligado aos comunistas*<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> A chamada *crise Palma Carlos* inicia-se em 13 de Junho de 1974, num plenário do MFA com a Junta de Salvação Nacional, com a presença do Primeiro Ministro Palma Carlos e dos Ministros Sá Carneiro, Vieira de Almeida e Firmino Miguel. No plenário, Spínola apresenta uma proposta alterando o calendário político previsto no Programa do MFA - realização de um referendo a 3 de Outubro de 1974, em que se faria também a eleição do Presidente da República, remetendo-se as eleições para a Assembleia Constituinte para data posterior, até 30 de Novembro de 1976 -, e reforçando os poderes do Primeiro Ministro. A 5 de Julho, Spínola apresenta estas propostas no Conselho de Estado para discussão; a 6 de Julho, por unanimidade, o Conselho de Estado recusa essas propostas, com exceção da referente ao reforço dos poderes do Primeiro Ministro. A 9 de Julho, Palma Carlos pede a demissão de Primeiro Ministro, *por não poder transigir com o clima de indefinição que se vive*. Solidarizam-se os Ministros Sá Carneiro (Adjunto do Primeiro Ministro), Vasco Vieira de Almeida (Economia), Firmino Miguel (Defesa) e Magalhães Mota (Administração Interna).

<sup>30</sup> Ver, sobre este assunto, as entrevistas do General Vasco Gonçalves, do Engº Prostes da Fonseca, do Professor Avelãs Nunes e do Professor António Brotas em Teodoro (2002). Ver também o *balanço* de Magalhães Godinho onde este justifica e tece considerações sobre a sua equipa de Secretários de Estado, e onde reconhece que a publicação de *Um*

A ruptura com a reforma Veiga Simão, antes começada por iniciativa da periferia no tocante à gestão das escolas (Lima, 1992), foi simbolicamente materializada pelo II Governo Provisório com o afastamento de todos os quadros dirigentes do Ministério da Educação, e a nomeação de novas equipas para as direções-gerais e organismos equiparados, recorrendo, em geral, a personalidades sem anteriores responsabilidades na administração central e provenientes de diversos sectores da Oposição Democrática<sup>31</sup>. Mas essa ruptura foi assumidamente mais longe, com o abandono, de facto, da implementação da Lei 5/73<sup>32</sup>, e a revogação de algumas das mais emblemáticas decisões de Veiga Simão, nomeadamente no sector do ensino superior<sup>33</sup>. Reconhecendo que as *condições políticas* desse primeiro ano pós-25 de Abril “não permitiriam ir, em consciência, ao fundo de determinadas questões”, Magalhães Godinho defende “umas quantas reformas basilares” de forma a “assentar os alicerces para que os cidadãos possam decidir por si os caminhos do porvir” (Godinho, 1975, p. 174). Na listagem que efetua no *balanço e reflexões* que fez após a sua saída do Ministério, Godinho salienta a remodelação dos programas dos ensinos básico e secundário e a consequente elaboração de textos de apoio que respondessem às exigências dos novos programas escolares, a preparação de legislação que regulamentasse o

---

*rumo para a Educação* (Godinho, 1974) e de uns artigos sobre o momento educativo tiveram uma certa influência no convite que lhe foi dirigido (Godinho, 1975, p. 165-231).

<sup>31</sup> A título de exemplo, refiram-se: Rogério Fernandes (e Salvado Sampaio), na Direcção-Geral do Ensino Básico; António M. Hespanha (e Frazer Monteiro), na Direcção-Geral do Ensino Superior; António Brotas, no Gabinete de Estudos e Planeamento; Myre Dores, na Secretaria-Geral; Manuela Silva, no Instituto de Tecnologia Educativa; João de Freitas Branco, na Direcção-Geral dos Assuntos Culturais; A. Melo de Carvalho, na Direcção-Geral dos Desportos; e, J. M. Correia Pinto, no Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.

<sup>32</sup> Esse abandono, de facto que não de jure, foi facilitado pelo facto da Lei 5/73, com exceção do ensino superior, não se encontrar regulamentada. O aspecto mais saliente dessa decisão foi, provavelmente, o não alargamento da escolaridade obrigatória para 8 anos, mantendo-se o anterior limite de 6 anos, decretado por Galvão Telles em 1964.

<sup>33</sup> Magalhães Godinho justificava do seguinte modo a decisão de suspender o programa de criação de novas universidades: “A fúria creadora do ministério Veiga Simão legar-nos uma multidão de universidades e estabelecimentos de ensino médio ou médio-superior, instituídos no papel, com sumptuosas comissões instaladoras, mas sem bases de viabilidade em numerosos casos, sem interesse noutros, ou quando muito funcionando por decisões verbais, sem existência legal definida, sem inscrição orçamental - caso da ‘clandestina’ Faculdade de Medicina do Campo de Santana. Cada cidade, ou melhor, cidadezinha, batia-se por possuir a ‘sua’ universidade, pelo menos o seu instituto universitário, fosse do que fosse, desde que o tivesse; era um milagre ver surgir tantas ‘competências’ docentes e de investigadores, quase por geração espontânea... Chegou-se a lançar a peregrina ideia de que a implantação de instituições de ensino superior faria arrancar o desenvolvimento regional - como se elas, para funcionarem capazmente, não necessitassem de dimensões demográficas mínimas e de um limiar prévio de desenvolvimento” (p. 184). Neste contexto, Magalhães Godinho decidiu também suspender o projeto de instalação das Escolas Normais Superiores, argumentando com o parecer de técnicos da OCDE que confirmavam que esse projeto não tinha “condições de exequibilidade com o mínimo de garantia de qualidade” (Godinho, 1975, p. 185).

governo das escolas dos ensinos básico, secundário e superior, a institucionalização do regime de coeducação em todos os níveis de ensino, a revisão de todo o programa de expansão do ensino superior, a reforma das Escolas do Magistério Primário e da política de estágios pedagógicos nos ensinos preparatório e secundário, a reconversão das Escolas de Regentes Agrícolas e dos Institutos Industriais, o pagamento nas férias aos professores agregados e eventuais e o estabelecimento de critérios de recondução a este pessoal docente<sup>34</sup>.

O projeto de transição que Magalhães Godinho pretendeu protagonizar não estava isento de contradições, que estarão, aliás, na base da sua demissão em Novembro de 1974. Essas contradições vão-se manifestar, no campo propriamente da educação, na avaliação de algumas das inovações antes introduzidas no sistema educativo por Veiga Simão, tendo por pano de fundo a questão da expansão escolar e a democratização do acesso à educação<sup>35</sup>, bem como as prioridades internas ao sistema educativo<sup>36</sup>. Depois, no campo político geral, o projeto e a forma de agir de Magalhães Godinho exigiam um Estado forte e com uma direção única, nos antípodas do Estado dual que caracterizava fortemente esse período da vida nacional.

A demissão de Magalhães Godinho<sup>37</sup> verificou-se num contexto de progressivo agravamento da situação escolar, atingindo tanto o ensino

<sup>34</sup> A decisão de Magalhães Godinho sobre este último ponto foi tomada a contragosto, como o próprio reconhece: “em nome de um pretenso direito ao trabalho - e dizemos ‘pretenso’, porque é perfeitamente absurdo supor que têm direito a trabalhar numa actividade aqueles que não dispõem de um mínimo de preparação para tais tarefas; a nação não pode estar a pagar a quem não satisfaz esse requisito, porquanto seria deteriorar gravemente o ensino, com consequências nefastas para as gerações que temos de formar a fim de construir um Portugal novo e melhor” (Godinho, 1975, p. 196).

<sup>35</sup> No seu *balanço e reflexões*, Magalhães Godinho (1975) faz diversas referências a discordâncias que manteve com Rui Grácio. Por exemplo, a propósito do convite que lhe dirigiu para a Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica: “conquanto soubéssemos que certas linhas de orientação não coincidiam com as nossas, mas esperávamos que à volta de uma mesa a convergência viesse a efectuar-se” (p. 166); ou, a propósito da escolha feita por Rui Grácio de Rogério Fernandes para a Direcção-Geral do Ensino Básico: “tinham trabalhado juntos no Centro de Pedagogia da Gulbenkian, colaborado em certas experiências Veiga Simão (por cuja continuação se batiam pertinazmente, mesmo quando nos pareciam altamente contestáveis)” (p. 168).

<sup>36</sup> “Durante os meses em que dirigia o Ministério, tive apenas duas reuniões com Vitorino Magalhães Godinho, para tratar de assuntos genéricos. Os problemas referentes ao Ensino Básico eram resolvidos directamente com os Secretários de Estado da Orientação Pedagógica e da Administração Escolar (Rui Grácio e Prostes da Fonseca, respectivamente). [...] Magalhães Godinho, esse, estava mais à vontade a lidar com o Ensino Superior, cuja importância, aliás, não se minimiza” (Rogério Fernandes, 1977, p. 15 n2).

<sup>37</sup> As razões do pedido de demissão de Magalhães Godinho nunca foram suficientemente explicitadas, embora se possam inferir da seguinte declaração do próprio: “Depois do caso da suspensão do professor que não desejáramos mas a que tivéramos de aceder, este outro caso [retirada do Conselho de Ministros do projecto de diploma sobre a gestão nas escolas básicas e secundárias] convenceu-nos definitivamente de que

secundário, particularmente os liceus, como o ensino universitário, confrontado com a impossibilidade de receber todos os alunos que terminavam o ensino secundário e atravessado por violentos conflitos entre organizações partidárias pelo controlo das escolas, em especial nas universidades de Lisboa e Coimbra.

Completamente despojado de meios para intervir nas escolas, o Ministério da Educação responsabilizava pela situação o *radicalismo ideológico de alguns*<sup>38</sup>, e procurava dar poderes às comissões de gestão eleitas, ou aos encarregados de direção, para resistirem às reivindicações e pressões dos plenários estudantis, mas também de professores e de funcionários, quando não conjuntos desses três corpos, considerando apenas *consultivas* as respectivas conclusões.

A incapacidade do Ministério da Educação em garantir um normal funcionamento das atividades escolares começou a preocupar as instâncias de poder político-militar, sobretudo pelas consequências negativas de tal situação no desgaste da base social de apoio da revolução<sup>39</sup>. Perante as dificuldades em encontrar uma personalidade civil consensual para o Ministério da Educação<sup>40</sup>, Vasco Gonçalves e a Comissão Coordenadora do MFA decidiram-se pela atribuição da pasta a um militar, o que, por sugestão de Otelo Saraiva de Carvalho, veio a recair no Tenente-Coronel Rodrigues de

---

carecíamos de autoridade ministerial mínima para nos mantermos em funções sem indignidade; não encontrávamos contrafortes em que nos escorássemos" (Godinho, 1975, p. 183).

<sup>38</sup> "Hoje, num contexto político novo, a coberto do radicalismo ideológico de alguns, além de impulsos e energias juvenis à procura de aplicação, agem oportunisticamente, em certas formas de recusa e obstrução, sentimentos de vindicta difusa ou pessoal, bem como, porventura, em jovens de certas camadas, a solução de facilidades curriculares, tanto mais aliciantes quanto a democratização do ensino possa ser pressentida como ameaçadora de privilégios sociais até agora indisputados. Assim se encontra em estabelecimentos de ensino secundário, sobretudo nos liceus, - não tanto nas escolas técnicas, o que parece significativo, - um terreno mais ou menos favorável à vontade política, que alguns manifestam, de impedir o funcionamento regular da vida escolar, vontade que, aqui e ali, tem ido até à intimidação e mesmo à violência. Não pode ser." (Despacho conjunto dos Secretários de Estado da Administração Escolar e da Orientação Pedagógica, Prostes da Fonseca e Rui Grácio, respectivamente, de 27 de Novembro de 1974).

<sup>39</sup> Ver, e.g., as entrevistas de Vasco Gonçalves e Vítor Alves, em Teodoro (2002). Prostes da Fonseca refere a participação da equipa do Ministério da Educação numa reunião no início de 1975, presume-se que com o Conselho dos Vinte, destinada exclusivamente a apreciar a situação escolar, bem como uma outra com responsáveis partidários (Teodoro, 2002, p. 404). Na consulta que realizei às atas do Conselho da Revolução, criado em 14 de Março de 1975, pude constatar essa mesma preocupação, havendo referências explícitas à situação e acontecimentos no Instituto Superior Técnico e no Liceu Pedro Nunes.

<sup>40</sup> Diversos foram os nomes equacionados nas múltiplas e distintas reuniões realizadas, uns pelos secretários de Estado em funções no II Governo, outros ao nível das consultas realizadas com os partidos políticos. Entre os nomes avançados e que não reuniram consenso, figuraram os de Jorge Campinos, Avelãs Nunes, Rui Grácio ou Jorge Sampaio.

Carvalho. Com esta decisão procurava-se, através de um ministro militar, fazer convergir as duas legitimidades - a revolucionária do MFA e a político-administrativa do Governo Provisório, acreditando-se que, desse modo, estaria facilitada a relação com os movimentos estudantis mais radicais e com as próprias Forças Armadas, sempre que se tornasse necessário estas intervirem para reporem a legalidade, através do seu comando próprio, o COPCON.

A constatação pelo MFA, a partir do 28 de Setembro e da substituição de Spínola por Costa Gomes na Presidência da República, da *inviabilidade* de não se proceder a *reformas de fundo*, como se defendia no programa do I Governo Provisório, sob pena de se hipotecar os *objectivos* da própria Revolução de Abril, conduziu à decisão de se proceder à elaboração do *Programa de Política Económica e Social*, o que veio a ser feito sob a coordenação do Ministro Melo Antunes. O capítulo da educação do Programa de Política Económica e Social não apresentou propriamente um projeto de transformação da escola portuguesa, constituindo antes uma mera *listagem* de medidas, em curso ou previstas para o curto prazo, organizada significativamente pelas áreas correspondentes às competências das diferentes Secretarias de Estado do então Ministério da Educação e Cultura: educação pré-primária e ensinos básico, secundário, médio e do magistério, nas suas vertentes da administração escolar e da orientação pedagógica; cultura e educação permanente; política desportiva, de ação social escolar e de juventude; ensino superior.

Rui Grácio, um dos protagonistas marcantes deste período, reconhece em trabalho de *balanço* publicado posteriormente (R. Grácio, 1981), que existiu uma *continuidade* de políticas entre os diferentes Governos Provisórios, da qual naturalmente exceptua o I Governo, não obstante “as alterações sucessivas ao nível da chefia” (p. 104). Mas, acrescenta, o 11 de Março, “se não cria uma ruptura na continuidade, provoca uma aceleração na caminhada, agora tendo claramente o socialismo por meta” (p. 104).

E é no contexto da *aceleração na caminhada* que, após a remodelação governamental subsequente ao 11 de Março [de 1975], se verifica a substituição do apagado Tenente-Coronel Rodrigues de Carvalho, indicado por Otelo Saraiva de Carvalho para o III Governo Provisório, pelo Major José Emílio da Silva, indigitado à época para Presidente do Conselho de Administração da RTP (não tendo tomado posse) e que, no seio do MFA, integrava a chamada *esquerda militar*.

Foi num contexto de aceleração do processo revolucionário que, durante a vigência do IV Governo provisório, o Conselho de Diretores-Gerais do então designado Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC) elabora, debate e aprova, em reuniões sucessivas nos meses de Abril e Maio de 1975, com a coordenação dos Secretários de Estado civis e o impulso do

Ministro militar, um programa que se enquadrasse na “estratégia revolucionária estabelecida no programa do Movimento das Forças Armadas”, tendo como *objectivos principais* “a instauração de uma sociedade socialista e o reforço da independência nacional, através da mais ampla participação e organização das massas populares”<sup>41</sup>. O programa, que começa por defender, de forma voluntariosa, que “as tarefas de ensino estão entre as tarefas prioritárias da revolução portuguesa”, devendo, por isso, ser assumidas “por todas as forças progressistas e patrióticas”, apontava como objectivo *número um* da política de educação a *democratização do ensino*.

O documento programático então aprovado afirmava assumir uma clara ruptura face ao projeto educativo anterior - “a uma concepção elitista e repressiva ou a um projeto tecnocrático e consumista nós opomos uma concepção revolucionária da escola integrado num projeto revolucionário e socialista para o país” -, e pretendia dar “unidade e sentido às medidas parcelares a tomar no domínio da educação nos próximos anos” (ponto 4). Segundo o programa em questão, essa ruptura teria de abarcar, para além do *refazimento* dos programas escolares num *sentido progressista*, “as estruturas profundas da acção pedagógica”, onde a “mundivivência burguesa pode sobreviver a qualquer modificação de conteúdos de ensino”, o que passava pelo *fomento* de uma “ligação íntima do ensino à prática produtiva”, pois, acrescentava-se, “é por aqui que passa qualquer modificação profunda da prática pedagógica” (ponto 9). Diversas foram as medidas adoptadas, ou apenas ensaiadas, correspondendo a essas orientações, sobretudo nos IV e V Governos Provisórios, mas também, em certos sectores menos conflituais no campo ideológico, pelo VI Governo.

A crise político-militar do *Verão quente* de 1975 conduziu a diversas alterações ao nível dos titulares dos cargos políticos do Ministério da Educação. Primeiro, com a queda do IV Governo provisório, iniciada pelo abandono dos ministros (e secretários de Estado) socialistas, acompanhados dias depois pelos ministros indicados pelo PPD e por independentes próximos desses dois partidos, verificou-se a saída de Rui Grácio da Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica. O V Governo Provisório, mantendo a mesma estrutura e composição do IV Governo, não contou, todavia, com Rui Grácio, que, significativamente, não foi substituído na Secretaria de Estado de que era titular desde o II Governo Provisório.

A derrota da esquerda militar no seio das estruturas do MFA, em Agosto de 1975, teve como consequência imediata, no plano governativo, a queda do V Governo Provisório e a constituição de um novo governo,

---

<sup>41</sup> Cf. documento do meu arquivo pessoal. Em 1977, preparei a edição de um livro com os programas de educação dos seis governos provisórios, que, por razões editoriais, acabou por não ser publicado. O programa em questão obteve-o nessa altura graças à colaboração amiga do António Manuel Hespanha, seu relator à época, faltando-lhe apenas o ponto referente à política desportiva e de cultura física.

obedecendo a critérios bem distintos. Embora o VI Governo Provisório tenha mantido o Ministério da Educação sob a influência dominante do MFA, verificaram-se importantes alterações na composição política dos seus titulares: a um Ministro e a um Secretário de Estado (da Administração Escolar) pertencentes à chamada *esquerda militar* - Major José Emílio da Silva e Capitão Fonseca Almeida - sucedem, nos mesmos cargos, dois outros militares, agora pertencentes ao chamado *grupo dos nove*, a corrente vencedora da crise do MFA - Major Vítor Alves e Comandante Mário de Aguiar<sup>42</sup>. Quanto às outras Secretarias de Estado, verificou-se a substituição de Avelãs Nunes por António Brotas na Secretaria de Estado do Ensino Superior, o preenchimento do lugar de Rui Grácio na Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica por Bárto Paiva Campos e a permanência de Silva Graça na Secretaria de Estado dos Desportos e Ação Social Escolar<sup>43</sup>.

As alterações verificadas ao nível dos titulares políticos, se representou um conjunto de rupturas a nível pessoal, conduziu, logicamente,

<sup>42</sup> A forma como Vítor Alves foi convidado para titular da pasta da Educação no VI Governo provisório constitui um episódio político delicioso e característico desse período: "No dia para a posse do VI Governo Provisório, eu tinha ido à Presidência da República para receber uma missão, que era a de ir a Timor resolver os problemas relacionados com a descolonização de Timor. Tinha tudo previsto para partir no dia seguinte - já tinha até o bilhete de avião na minha mão - e ia receber as últimas instruções do Presidente da República. Quando entro no seu gabinete, estava com o Presidente da República o Almirante Pinheiro de Azevedo, que era o indigitado Primeiro Ministro. Sento-me num sofá e eles dois sentaram-se em cadeiras à minha frente, e põem-me o seguinte problema: 'Vítor Alves, você tem que ser Ministro da Educação, porque os partidos não apresentam, não querem apresentar ninguém para a Educação'".

"Voltando agora um bocadinho atrás, verificou-se que a pasta da Educação era uma daquelas de que os partidos começaram a fugir, a não querer, sobretudo se nós nos lembarmos das *bagunças* que houve no sector desde o I Governo Provisório. Digo-lhe isto para justificar a entrada de militares nesta pasta. Isto é, não fomos nós que quisemos a pasta, eram os partidos que não a queriam assumir pelos custos que dali advinham. Daí, entra o primeiro militar, depois entra o segundo, eu sou o terceiro, e da forma como lhe disse. E foi-me posta a coisa assim: 'Tem de ser você porque os partidos não querem. Você fez o 25 de Abril não fez? Tem que ir'. Eu pus como condição única a de escolher o meu Secretário de Estado da Administração Escolar, e exigi que fosse o Comandante Mário de Aguiar (em Teodoro, 2002, p. 225-6). Este episódio encontra-se igualmente descrito em Conselho Nacional de Educação (1998, p. 188-189).

<sup>43</sup> "Nas secretarias de Estado os partidos já queriam ter uma representação, e ao Partido Comunista coube continuar com a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos na época a mais fácil de gerir, menos exposta às exigências revolucionárias e, consequentemente, menos sensível e a que melhor servia os interesses do PCP. Como disse, só não aceitei que a Administração Escolar fosse discutida, pois aí queria o Mário de Aguiar. O [António] Brotas foi-me indicado, também, pelos socialistas, e o Bárto Paiva Campos também me foi indicado. Eu não formei propriamente uma equipa, volto a dizer, com excepção do Mário Aguiar, e do meu Gabinete, e creio que, quanto ao Brotas, também tive uma palavra a dizer. Quanto ao Bárto [Paiva Campos] e ao Silva Graça foi diferente. O Silva Graça tenho a certeza que me foi indicado. Não era o partido que me dizia a mim, dizia-o ao Almirante Pinheiro de Azevedo, que depois me fazia chegar a indicação." (Tenente-Coronel Vítor Alves, em *As Políticas de Educação em discurso directo*, Lisboa, IIE, a publicar)

a uma “desaceleração no sector, onde um *capitão de Abril* ainda parece cobrir a retirada e querer, suponho, evitar o pior” (R. Grácio, 1981, p. 105). Sujeito a uma enorme pressão do PS, e dos partidos à sua direita, e olhado com extrema desconfiança pelo PCP e pelas organizações de extrema-esquerda, Vítor Alves procurou orientar a sua ação no Ministério da Educação em torno do que o próprio designa, em linguagem vincadamente militar, de três *missões*: “estabilizar, organizar e desenvolver o possível” (Teodoro, 2002, p. 231). Tendo realizado poucas mudanças ao nível dos quadros dirigentes do Ministério, com a exceção significativa do sector do ensino superior<sup>44</sup>, o VI Governo Provisório, assumiu, na educação como provavelmente em outros campos políticos, o estatuto de um *governo de transição* (R. Grácio, 1981), mantendo, no essencial, as orientações e reformas delineadas em anteriores governos, como foi o caso paradigmático do lançamento do 7.º ano de escolaridade unificado, mas não iniciando novos processos nem estabelecendo novas orientações, salvo no campo da educação de adultos e do combate ao analfabetismo, onde procedeu a uma revisão completa das orientações até aí seguidas, sobretudo pelos IV e V Governos Provisórios<sup>45</sup>.

Stephen Stoer (1986) defende que “a revolução não somente *remobilizou* a Reforma Veiga Simão, em termos do seu próprio conteúdo, como alargou a sua acção de democratização, permitindo que a Reforma *tomassee contacto com a sociedade*” (p. 128). Essa *remobilização* deu-se em função de uma *deslocação do poder do Ministério para as escolas*, que permitiu uma reformulação dos objectivos da *reforma educativa*, dando-lhes novas dimensões nos campos da participação democrática, da igualdade de oportunidades de sucesso na educação, dos conteúdos das aprendizagens e da ligação à sociedade. Essas políticas, inseridas ainda num contexto de *procura*

<sup>44</sup> A demissão do Diretor-Geral do Ensino Superior, António M. Hespanha, foi uma das condições que o novo Secretário de Estado do Ensino Superior, António Brotas, colocou a Vítor Alves. Ver a entrevista do Professor António Brotas em Teodoro (2002, p. 447-8).

<sup>45</sup> O convite dirigido por Vítor Alves a Alberto Melo para Diretor-Geral da Educação Permanente conduziu a uma radical redefinição da orientação estatal neste campo, abandonando os anteriores conceitos de *alfabetização* e de *campanha*: “No entanto, a via adoptada pela D.G.E.P. não foi a de campanhas massivas de alfabetização, mesmo nas regiões com fraco grau de organização popular. Em vez de nos preocuparmos com o que faltava a essas populações (‘a cultura literária ou escrita’), queríamos partir do que elas tinham em abundância mesmo (e sobretudo?) nas regiões ditas ‘mais atrasadas’: a cultura popular, o saber, o saber dizer, o saber fazer. Não podendo utilizar a sua própria organização colectiva como meio de transformação da realidade, queríamos partir da sua realidade, da cultura vivida e, para isso, proceder a uma recolha de tradições orais (cantos, poesias, provérbios, história local, medicina popular, contos), de danças e processos artesanais, etc., coligidos ao vivo e no contacto quotidiano com as populações. A partir destas recolhas, produzir-se-iam materiais a enviar às mesmas populações - sob a forma de exposições fotográficas, filmes, discos e outros registos, brochuras ilustradas, etc. A escrita entraria, portanto, na aldeia ao serviço da cultura existente nestas regiões; antes mesmo de saber ler já os habitantes teriam ‘escrito’ ou ajudado a escrever um livro, uma brochura; destruía-se o feitiço” (A. Melo & A. Benavente, 1978, p. 13).

optimista da educação (S. Grácio, 1986, 1992), reforçaram o eixo *educação-democracia*, permitindo, nesses tempos de crise revolucionária, mobilizar os atores e legitimar as suas opções de política educativa.

## Referências

- Amaral, Diogo Freitas do (1995). *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ambrósio, Teresa (1987). *Aspirations sociales, projets politiques et efficience socio-culturelle (Le cas de la politique d'éducation au Portugal)*. *Contribution à une psycho-sociologie du fait politique*. 2 tomos e 1 resumo. Tese de Doutoramento de Estado não publicada, Universidade de Tours, Tours.
- Caetano, Marcello (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro & S. Paulo: Distribuidora Record.
- Conselho Nacional de Educação (1998). *Educação, Memórias e Testemunhos*. Lisboa: CNE.
- Dias Júnior, José Ferreira (1946). *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa*. Vol. I. (2.ª ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Fernandes, Rogério (1977). *Educação: uma frente de luta*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1974). *Um rumo para a Educação* (2.ª ed.). Lisboa: Cadernos República.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1975). *A Educação num Portugal em mudança*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Grácio, Rui (1981). *Educação e Processo Democrático em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Grácio, Sérgio (1992). *Destinos do Ensino Técnico em Portugal (1910-1990)*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Grácio, Sérgio (1997). *Dinâmicas de escolarização e das oportunidades individuais*. Lisboa: Educa.
- Lima, Licínio (1992). *A escola como organização e a participação na organização escolar. Um estudo sobre a escola secundária em*

- Portugal (1974-1988).* Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- Pinto, Francisco da Paula Leite (1963). *A Educação no Espaço Português.* Lisboa: Editorial Inquérito.
- Pinto, Francisco da Paula Leite (1966). *Da Instrução Pública à Educação Nacional.* Conferência produzida em 5.11.1966 no ciclo de conferências “Celebrar o Passado, Construir o Futuro”. Lisboa: Editorial Panorama.
- Raiz e Utopia (1979). Mesa Redonda: Educar em Portugal. *Raiz e Utopia, 9/10,* 55-133.
- Reis, António (1994). A Revolução de 25 de Abril. In A. Reis (Coord.). *Portugal, 20 anos de democracia* (pp. 12-18). Lisboa: Publicações Alfa.
- Rosas, Fernando (1990). Os anos da guerra e a primeira crise do regime. In A. Reis (Dir.). *Portugal Contemporâneo.* Vol. IV (1926-1958) (pp. 33-80). Lisboa: Publicações Alfa
- Rosas, Fernando (1994). O Estado Novo (1926-1974). In J. Mattoso (Dir.). *História de Portugal.* Vol. VII. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando (1999). O Marcelismo ou a falência da política de transição do Estado Novo. In J. M. Brandão de Brito (Dir.). *Do Marcelismo ao Fim do Império* (pp. 15-59). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Sampaio, José Salvado (2006). *Temas de Educação. Subsídios para a análise crítica da expansão escolar (no Portugal dos anos 60 e 70 do século XX).* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. Organização e apresentação de Áurea Adão. Nota introdutória de António Teodoro.
- Saraiva, José Hermano (1971). *Aspirações e controvérsias da Pedagogia contemporânea.* Lisboa: Editorial Grémio Literário.
- Serrão, J. Veríssimo (1985). *Marcello Caetano. Confidências no Exílio.* Lisboa: Editorial Verbo.
- Simão, José Veiga (1970). *Universidade de Lourenço Marques. Discurso proferido pelo Reitor, Prof. Doutor José Veiga Simão, na sessão de abertura do ano escolar de 1969-70.* Lisboa: Edição do Autor.
- Stoer, Stephen R. (1986). *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980, uma década de transição.* Porto: Edições Afrontamento.
- Teodoro, António (1994). *Política Educativa em Portugal. Educação, desenvolvimento e participação política dos professores.* Venda Nova: Bertrand.

- Teodoro, António (2001). *A Construção Política da Educação. Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Porto: Afrontamento.
- Teodoro, António (2002). *As Políticas de Educação em Discurso Directo (1955-1995)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Teodoro, António (2010). *Educação, Globalização e Neoliberalismo. Novos modos de regulação transnacional das políticas de educação*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Teodoro, António (2013). Políticas educativas o la transdisciplinaridade de un campo de estudio. In. C. Tello (coord.). *Epistemologias de la Política Educativa. Posicionamientos, perspectivas y enfoques* (pp. 485-494). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Teodoro, António (2016). Governando por números: os grandes inquéritos estatísticos internacionais e a construção de uma agenda global nas políticas de educação. *Em Aberto*, 29(96), 41-52.